Ata nº 01/2020. Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte estão reunidos nas dependências da Secretaria Municipal de Educação os membros do conselho municipal de educação para uma reunião extraordinária. A Conselheira Sandra começou falando que chamou esta reunião extraordinária pois precisamos definir a reposição de aula do dia 27/02 que teve paralisação, a sugestão da Smec seria de repor no recesso do dia 12/06, o Conselho acha interessante e aprova esta data pois também ficaria no mesmo semestre. Foi repassado aos Conselheiros que neste dia de Paralisação uma das professoras que estava organizando os trabalhos falou e solicitou que este conselho repassasse os gastos da educação, conversamos entre os conselheiros que precisamos esclarecer a real função do Conselho, pois essa não é nossa função e sim da Administração. O Conselheiro João sugere que este Conselho faça uma audiência pública sobre o trabalho deste conselho. O Conselheiro João e a Conselheira Celoir repassaram a todos os membros as prestações de contas referente ao FUNDEB, pois eles são os representantes nestas reuniões. Decidimos mandar um email a todas escolas e Cmeis solicitando a participação de mais 1 Professor de escola e 1 de Cmei e mais 1 membro de APMF dos Cmeis para compor o Conselho. Mandaremos um oficio ao sindicato para repassar os dias de reunião conforme solicitado por protocolo por eles. Iremos solicitar a Secretaria para contratar uma formação para o Conselho. Sem mais a declarar encerro a presente ata com a assinatura dos participantes...

Ata nº 2. Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação membros do Conselho Municipal de Educação juntamente com membros da Secretaria Municipal de Educação. A secretária de Educação abriu a reunião colocando alguns assuntos referentes ao andamento do trabalho de forma remota, bem como a formalização das aulas. Uma reunião técnica para alinhar alguns encaminhamentos. Informou também, especialmente referindo-se ao vereador Paulo Gross, sobre o procedimento adotado pela secretaria, ainda destacou o objetivo da Secretaria que busca atingir o máximo de alunos possíveis. Dentre a porcentagem atingida até o momento, a secretaria está na busca de dados para atingir os cem por cento dos estudantes. Na sequência e diretora pedagógica, Eliz Regina, citou os decretos, tanto federal, quanto estadual. Destacou o decreto municipal de paralisação das aulas que estão norteando a legalidade do trabalho. Ainda, lembrou das fases já desenvolvidas pela equipe, a qual, uma delas foi uma reunião com os diretores e coordenadores das escolas para expor a situação. Colocou sob apreciação do Conselho de Educação os artigos do decreto onde legalizam a suspenção das aulas, a antecipação de férias, sugerindo algumas ações, entre elas: A primeira da antecipação dos quinze dias de férias de julho, a segunda, instituir a modalidade de atividades não presenciais e o terceiro, seria definir a data de início para que haja uma padronização em todas as escolas. Quanto a Educação Infantil, orientou que o Conselho Nacional está estudando uma proposta para a contagem de carga horária especifica para a modalidade. Levando em consideração a obrigatoriedade de cumprimento de carga horária, conforme a faixa etária. Feito isso, orienta-se que a continuidade de atividades de estímulos através do acompanhamento das famílias. A professora Sandra Benedito, presidente do Conselho Municipal de educação, fez uma observação sobre a satisfação com o empenho dos professores, especialmente os da Educação Infantil. Em seguida os itens de sugestão foram discutidos e suas hipóteses levantadas. Sobre a Antecipação das férias, será feito um decreto que compreenderá entre os dias vinte e um de março a cinco de abril, no mesmo decreto constará a data de seis de abril de dois mil e vinte como início das atividades não presenciais, para a rede municipal de ensino. Os membros firmaram em comum acordo de que as atividades tanto para ensino fundamental, como para Educação Infantil, continuem a ser enviadas e no aguardo das decisões do Conselho Nacional de Educação. Paulo Gros apontou a preocupação quanto à qualidade e de certa forma a insuficiência na aprendizagem. Nada mais tendo a registrar, encerro esta ata que segue com a assinatura dos participantes...